



XI SAPIIS & VI ELAPIS

XI Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social
VI Encontro Latinoamericano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social

CONSTRUÇÃO DO CONVÊNIO ENTRE A FUNDAÇÃO FLORESTAL E A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO ITACURUÇÁ E PEREIRINHA (AMOIP) PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES TURÍSTICAS DE BASE COMUNITÁRIA NO NÚCLEO PEREQUÊ (PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO CARDOSO, CANANÉIA, SP)

Natália C. F. Bahia
Ingrid Sousa Razera
Michel Sousa Razera
Elizabeth Gomes Cordeiro
Noeli Mara Neves
Sérgio Carlos Neves
Sílvia Barreira Zambuzi
Henrique Callori Kefalás¹

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O Centro de Pesquisas Aplicadas em Recursos Naturais da Ilha do Cardoso (Parque Estadual da Ilha do Cardoso), atualmente conhecido como Núcleo Perequê, foi construído na década de 1970 sobreposto à comunidade tradicional caiçara do Pererinha. A comunidade já habitava há décadas o local, com modo de vida e reprodução sociocultural próprios. A área possuía moradias e era utilizada como roça (produção de café, arroz, mandioca e outras), além de haver uma lagoa onde eram pescados peixes para alimentação e trocas de produtos com outras comunidades do entorno. Diante da proibição das roças de subsistência e construção de moradias, muitas famílias se viram obrigadas a ir embora para o município de Cananéia. As famílias que resistiram, passaram a sobreviver sobretudo da pesca artesanal.

Conheço um pouco da história porque nasci, cresci dentro do Parque e fui me adaptando nessa forma de vida dentro do Parque. Ela se resume em sossego dos moradores; sossego com um pouco de medo; adaptação e evolução. Por que

¹ O relato de experiência foi construído pelos autores a partir dos conteúdos produzidos coletivamente durante as Oficinas de Memórias com integrantes da Associação dos Moradores do Itacuruçá e Pereirinha e Instituto Linha D'Água. Agradecemos a participação de Caroline Pinheiro de Almeida Neves; Daniel Reis da Silva; Itamir Mateus de Jesus Lima; Ilso Carlos Neves; Ivaldo Fernandes Neves; Ivo Carlos Neves; Juliana Maria Cordeiro; Leda Mara Neves; Manoel Osorio Neves Junior; Rafael Neves de Sousa; Suelem Neves; Tatiane Neves; Vitor Fernandes Neves.



XI SAPIS & VI ELAPIS

XI Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social
VI Encontro Latinoamericano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social

adaptação? Quando virou Parque, as pessoas tiveram que se adaptar a estar vivendo nesse ambiente (AMOIP 12).

Entre 1985 e 1998, foi um momento onde tivemos eventos por parte do Estado, quando se inicia a vinda de grupos de estudo do meio (AMOIP 1). Alguns moradores da comunidade do Itacuruçá e Pereirinha trabalharam como diaristas e prestadores de serviço. Trabalhava tanto na parte de cozinha, de manutenção, os moradores e os monitores ambientais. Nós estávamos envolvidos no trabalho do Núcleo (AMOIP 4). Era bem importante, tinha uma geração de renda ali (AMOIP 9).

Perto dos anos 2000, a comunidade começa a trabalhar com um turismo mais focado na praia. Começa a abrir brechas para a comunidade fazer sua fonte de renda e trabalhar com o turismo. Aparecem pessoas que começam a trabalhar com alimentação, com os quiosques na praia, trazendo uma nova forma e aprendendo cada dia mais para que sua vida ainda continue, sua tradição e suas raízes de família se mantenham (AMOIP 1).

Entre 2010 e 2014, acontece duas reformas e o fechamento do Núcleo (AMOIP 1). A gente não achou que ia fechar por todo esse tempo. A gente achou que iam fazer uma reforma básica ali, uma melhoria e ia retomar os trabalhos (AMOIP 4). O que aconteceu que marcou bastante foi que ficou com aspecto de largado. Não foi só questão de geração de renda, ficou muito com aspecto de abandonado. No começo parecia que ia ser algo rápido, ter reforma e inaugurar rápido, mas foi só se estendendo, estendendo (AMOIP 5).

Em 2009, 2011 e 2013, mandamos cartas de interesse para o Parque, a gente tinha essa vontade de tocar, de fazer funcionar o Núcleo. Sempre falamos e com certeza estão todas registradas no conselho do Parque (AMOIP 3). Nós tínhamos a associação de moradores e a associação de moradores é sem fins lucrativos. Para administrar ali tinha que ter um capital maior, então tudo isso jogaram na nossa cara na época (AMOIP 4).

Eu lembro que eu fui numa audiência pública [sobre a lei das concessões de 2016] em Registro (SP). Nós fomos em 5 pessoas nessa audiência pública. As pessoas não eram contra a reabertura, eram contra a concessão para empresa. Porque o grande problema que as pessoas viam na concessão é que seria a primeira da Ilha do Cardoso. A comunidade mais atingida era aqui, o Pereirinha e



XI SAPIIS & VI ELAPIS

XI Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social
VI Encontro Latinoamericano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social

Itacuruçá, porque já tinha um trabalho de base. Já tinha restaurante, pessoal que aluga casa. Então a parte mais prejudicada seria aqui. Foi quando teve uma articulação na Ilha do Cardoso junto com a Defensoria Pública, principalmente o defensor Toshio, que organizou as pessoas para participar dos eventos da audiência pública (AMOIP 3).

A partir daí começou mesmo a pensar no que poderia acontecer, começou a se organizar. A gente já tinha uma participação no conselho, mas não falava muito, não estava interado. Depois de 2019, começou a se reunir mais com a Articulação e ter uma consciência maior do que podia acontecer (AMOIP 14). Foi corrido porque a gente tinha pouco tempo para mostrar que a gente tinha interesse para não passar para uma empresa (AMOIP 9).

A partir da reunião 215 do conselho em 2021, quando foi apresentada a proposta de permissão de uso do espaço, todas as comunidades começaram a se perguntar o que estava acontecendo. A gente precisava entender um pouco mais desse processo e pediu apoio da Defensoria Pública e do Ministério Público. Desse entendimento, a gente conseguiu desenvolver um documento chamado Plano de Consulta para o Núcleo Perequê, Itacuruçá/Pereirinha, Ilha do Cardoso, Cananéia/SP. Esse plano de consulta foi protocolado e, sobretudo, demonstrou a necessidade das comunidades fazerem parte da consulta. Não só ao longo do processo, mas desde seu início. A gente queria participar, entender e construir junto. Isso foi bem importante e, com o desenrolar do plano de consulta e do andamento dessas conversas, surgiu a proposta de convênio com a AMOIP (AMOIP 10).

Foi um prazo bem longo até chegar o documento (AMOIP 9). Em maio/2022, a gente recebeu a minuta do termo de convênio. De julho a novembro/2022, a gente teve o grupo de trabalho, que, de fato, foi onde começou a dialogar. Numa parceria consensuada de diálogo, de entendimento, de acostumar com essa nova dinâmica. A negociação entre a AMOIP e a Fundação Florestal foi até dezembro (AMOIP 10). Para a construção e a estruturação dessa parceria, foram 28 oficinas comunitárias e reuniões do GT, totalizando 180 horas de trabalho (AMOIP 2).

Desde quando chegou a minuta, a gente achou interessante, claro. Já era do interesse da comunidade gerir esse espaço, interesse de mostrar a capacidade, de conseguir fazer a gestão do trabalho e desenvolver as atividades (AMOIP 1). Mas, a



XI SAPIS & VI ELAPIS

XI Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social
VI Encontro Latinoamericano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social

falta de conhecimento, talvez se o Instituto Linha D'Água não tivesse entrado para instruir, a gente teria assinado do jeito que estava. Porque ou assinava ou desistia. Mas, depois foi indo, foi abrindo os caminhos (AMOIP 14).

Eu comecei a entender o que era aquela minuta com o trabalho do Instituto Linha D'Água, que explicou passo a passo o que é. Porque você ler um documento daquele dá impressão de que você entende o que está escrito e parece que é tudo muito bom. Só que quando você começa a ver os poréns, você sabe que isso significa isso, que vocês vão ter que fazer isso. Você começa a abrir sua mente, você começa enxergar de outra forma. Esses trabalhos foram abrindo a cabeça da gente para aprender a se posicionar em relação a isso. Para poder chegar no convênio, foram inúmeros aprendizados. Porque eu nunca tinha visto um documento daquele (AMOIP 5).

A partir da leitura da minuta, a gente começou a destacar as atividades que seriam desenvolvidas. Eu lembro que a gente pensou quais seriam as atividades, a gente pensou na lojinha do artesanato, no serviço de hospedagem e alimentação. Começou a pensar na capacidade de pessoas. E aí começou a pensar o quanto de pessoas seria possível para trabalhar dentro da cozinha a partir das experiências que já existiram. A Tia Beth e a mamãe falavam das histórias de quantas pessoas trabalhavam na forma de rodízio. Assim, foi criado o mapeamento de rotina (AMOIP 1).

Foi de extrema importância colocar em experiência o que a gente começou desenhar, esboçar e falar 'será que vai dar certo?'. Isso para gente foi bater o olho e falar 'o modelo funcionou'. O modelo de negócios da AMOIP deu certo, é esse modelo que a gente tem que aplicar porque ele é satisfatório para ambas as partes. A gente falou 'esse modelo é o modelo, já não é preliminar'. Fizemos os ajustes e temos o modelo consolidado (AMOIP 1).

Para nós, a assinatura do convênio foi uma conquista de um esperado de anos. Uma estrutura daquele tamanho, construída dentro de uma comunidade. Por que pessoas de fora fazer administração de um espaço que é da comunidade? Para nós, foi uma conquista muito grande. A gente consegue olhar que não é um favor sabe? Não é um favor, é um direito nosso (AMOIP 4)!



XI SAPIIS & VI ELAPIS

*XI Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social
VI Encontro Latinoamericano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social*

Foi um ganho imenso. Você vê a luta, o desespero e a angústia nesses tempos de tirar para estar aqui voluntariamente. Claro que você ganha muito com isso também. Só que é voluntário. Você deixa de estar ganhando, trabalhando do seu fazer para estar aqui. Da outra vez foi feita uma carta de interesse, sempre nesse processo de vai e num vai. Então você vê uma coisa que realmente deu certo e está assinada (AMOIP 1).